



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA

RESOLUÇÃO Nº: 1/2010 108/2010
SESSÃO DE: 02.12.2009
PROCESSO DE RECURSO Nº: 1/4022/2005
AUTO DE INFRAÇÃO: 1/200516332
RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
RECORRIDO: COMPANHIA DE ALIMENTOS DO NORDESTE - CIALNE
RELATOR: MARCOS ANTONIO BRASIL.

EMENTA: OMISSÃO DE ENTRADAS. Falta de emissão de documento fiscal referente a aquisição de mercadoria – frangos. Ação fiscal declarada **NULA**, tendo em vista que não consta nos autos nenhuma comprovação eficiente do montante da autuação que pudesse validar a Acusação Fiscal, faltando clareza aos dados apresentados, bem como imprecisa a classificação da empresa de acordo com a tabela da ACEAV. Decisão amparada nos Artigos 33, incisos XI e no § 2º, inciso III do artigo 53 do Decreto 25.468/99. Defesa Tempestiva. Decisão por maioria de votos.

RELATÓRIO

A peça vestibular aponta a acusação de que o contribuinte, acima identificado, adquiriu 250.850 kg de frango sem a emissão de documento fiscal, no Exercício de 2002, no valor de R\$ 423.936,50, conforme Resumo Geral de Entradas e Saídas, Tabela da ACEAV e Informações Complementares.

O Auditor indica os dispositivos infringidos, a penalidade aplicável ao caso e elabora o demonstrativo do crédito tributário.

A autuada ingressa com impugnação do auto de infração argumentando que;

- ocorreram divergências entre seus dados e os da Ação Fiscal;
- não adquiriu mercadoria sem documentação fiscal;
- desconhece os elementos utilizados pelos autuantes para fundamentar o auto;
- não existe omissão de compras; e

Solicita a realização de perícia para comprovar seus argumentos.

A Perícia foi realizada no sentido de verificar em que ano foi elaborado a Planilha da ACEAVE, o motivo da classificação da empresa apresentar variações e verificar a existência de erros apontados pelo contribuinte.

O resultado da Perícia, inicialmente, indicou que o Fiscal autuante foi exonerado do cargo, portanto, não foi possível esclarecer sobre a utilização da Tabela da ACEAVE, utilizada como parâmetro da ação fiscal. Foi observado, ainda, que a Tabela utilizada é bem mais resumida que a Tabela que foi enviada para a Perícia, que se refere apenas a aves de corte, que já passaram pelo período de cria e recria, bem como, o fiscal não atentou para o desperdício de ração e a modalidade das aves.

O Contribuinte apresenta manifestação sobre o Laudo Pericial apontando que o trabalho pericial erra ao indicar que teria havido omissão de saída de 121.010 pintos, pois, não estavam no inventário de 31/12/2002 e que a Perícia fez uma conversão utilizando critérios genéricos e pouco precisos.

O processo é analisado e julgado **nulo** na 1ª instância, tendo em vista que não consta nos autos nenhuma comprovação eficiente do montante da autuação que pudesse validar a Acusação Fiscal, faltando clareza aos dados apresentados, bem como imprecisa a classificação da empresa de acordo com a tabela da ACEAV.

A Consultoria Tributária opina pela nulidade do auto, nos termos do julgamento singular.

O representante da douta Procuradoria Geral do Estado ratifica o parecer da Consultoria.

É o Relatório.

MAB

VOTO DO RELATOR

O presente auto de infração aponta a acusação de que o contribuinte adquiriu 250.850 kg de frango sem a emissão de documento fiscal, no Exercício de 2002, no valor de R\$ 423.936,50, conforme Resumo Geral de Entradas e Saídas, Tabela da ACEAV e Informações Complementares.

A empresa, em sua defesa, apresentou argumentos subsistentes para a análise do processo, tendo em vista que não consta nos autos nenhuma comprovação eficiente do montante da autuação.

Os dados contidos no Resumo Geral de Entradas e Saídas não são claros, como também é imprecisa a Classificação que o fisco fez da empresa de acordo com a Tabela da ACEAVE, defasada e relativa a consulta de uma outra empresa, que não reflete a realidade da empresa autuada.

Estas informações foram confirmadas através do laudo pericial – fls. 22 a 24.

Desse modo, não há como comprovar a acusação fiscal, que resta não provada, contrariando o disposto no Art. 33, inciso XI, e 53, parágrafo segundo, inciso III do Decreto 25.268/99.

Diante do exposto, voto no sentido de que se conheça do recurso oficial, negar-lhe provimento para confirmar a nulidade proferida em primeira instância de acordo com o parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

E o voto.

MAB

DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é **Recorrente** a CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e **Recorrido** COMPANHIA DE ALIMENTOS DO NORDESTE.

A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos conhecer do Recurso Oficial e por maioria de votos, negar-lhe provimento para confirmar a decisão declaratória de **nulidade** proferida em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselho Relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Foi voto vencido, contrário a nulidade, a Conselheira Ana Maria Martins Timbó Holanda. Esteve presente, para sustentação oral do recurso, o representante legal da recorrente, Dr. Schubert de Farias Machado.

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 15 de março de 2010.


JOSÉ WILAME FALÇÃO DE SOUZA
PRESIDENTE

UBIRATAN FERREIRA DE ANDRADE
PROCURADOR DO ESTADO


Francisca Marta de Sousa
CONSELHEIRA



Marcos Antonio Brasil
CONSELHEIRO RELATOR



Daniela Sousa Gouveia
CONSELHEIRA


José Moreira Sobrinho
CONSELHEIRO

Silvana Carvalho Lima Petelinkar
CONSELHEIRA


Sebastião Almeida Araújo
CONSELHEIRO


Ana Maria Martins Holanda Timbó
CONSELHEIRO


Jemza Gurgel Holanda Rosário Dias
CONSELHEIRA